



SOCIEDADE ABERTA

Desorientação



Domingues de Azevedo
Bastonário da
Ordem dos Técnicos
Oficiais de Contas

Há duas datas que marcam indelevelmente o ano e meio de governação do executivo de coligação: o dia 7 de setembro passado, quando o Primeiro-Ministro se dirigiu ao país para anunciar a descida da Taxa Social única (TSU) para as empresas e o aumento da comparticipação dos trabalhadores para a Segurança Social, e a passada sexta-feira, 15 de março, quando, a pretexto do balanço da 7.ª avaliação da 'troika' o ministro das Finanças, Vítor Gaspar, fez uma declaração tácita de derrota da sua política. Portugal terá mais um ano para reduzir o défice e a sua despesa estrutural, mas o desastroso cenário macro económico e as ilusórias expetativas de crescimento deitam tudo a perder.

O espetro da bancarrota volta a pairar, se é que alguma vez esteve afastado. Os planos saíram furados ao governo, que vive as horas mais baixas desde que tomou posse.

A decisão do Tribunal Constitucional (TC) sobre algumas medidas do OE 2013 deverá estar iminente e se o chumbo se verificar, tal poderá ser o golpe de misericórdia a um governo com a sua credibilidade afetada.

Consequências políticas à parte, os cidadãos é que continuam a sofrer na pele esta desorientação tremenda. O desemprego bate recordes pela negativa, galgando até valores nunca vistos. Estamos pior. Mas o cenário é muito mais negro: as pessoas vivem com medo. Vivem aterrorizadas com o dia de amanhã, o que só desincentiva e coarct o espírito aventureiro que sempre nos caracterizou como povo. Para além de governarem os políticos têm uma missão de extrema importância: devolver a alegria e o orgulho de ser português a todos nós.

Mantenho o que sempre tenho dito: é uma loucura reequilibrar em três ou quatro anos o que levou quase 40 a desequilibrar.

O Fisco anuncia a intensificação das medidas inspetivas no terreno. Corre-se contra o tempo e em busca de metas com vista a resgatar do abismo a execução orçamental. A sofisticação de processos e o avançar na desmaterialização são passos positivos. Medidas como o incentivo ao pedido de fatura ou o impacto do "e-fatura" nos serviços são meritórias e pedagógicas, visando contrariar a lógica latina que subsiste na forma como se encara o cumprimento das obrigações fiscais. São ações deste alcance que adicionam mais transparência e igualdade à fiscalidade, trazendo para dentro do sistema empresas que estão fora dele.

Contudo, a nova era da gestão tributária em que temos a felicidade de viver apresenta deficiências ao nível legislativo, com disposições legais pouco aprofundadas, que carecem de harmonização, por vezes, contraditórias.

O outro lado negativo é o regresso do fardo burocrático, que se julgava residual, às empresas. É preocupante que estruturas empresariais com cada vez menores recursos humanos sejam confrontadas com exigências burocráticas em duplicado.

A informação disponibilizada tem que ser em qualidade e não necessariamente em quantidade.

As folhas de férias para o Fisco e Segurança Social, já para não falar das nem sempre fáceis operações de reporte que têm de ser feitas ao Banco de Portugal são autênticos quebra-cabeças para os empresários e os que com eles trabalham. Se por um lado o caminho consensual é o da simplificação, por outro, há recuos que só se traduzem em complicações desnecessárias. ■

Artigo escrito ao abrigo do novo acordo ortográfico